

Comissão examina novo Regimento

GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — A Comissão de Constituição e Justiça do Senado deverá examinar, nas próximas semanas, o projeto de resolução apresentado pelo vice-líder do PDS, senador José Lins, com o apoio da bancada do partido, para reformar o Regimento Interno de forma a amenizar o processo obstrucionista e permitir, principalmente, as votações dos empréstimos a Estados e municípios.

Segundo o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, o objetivo do projeto é compatibilizar o regimento com o da Câmara dos Deputados e com o que rege as sessões conjuntas das duas casas do Congresso, além de adaptá-lo às contingências de um sistema pluripartidário.

Na verdade, o projeto do senador José Lins deixou de abordar um ponto principal, que é o da verificação de quorum. Hoje, a verificação pode ser pedida por qualquer senador quando se vai votar qualquer matéria e sem intervalo de tempo entre uma verificação e outra. Na Câmara, é exigido intervalo de uma hora, além de ser permitida apenas ao líder partidário ou a um parlamentar com o apoio de, no mínimo, 20 deputados.

Segundo uma fonte do Senado, o assunto não foi abordado por orientação do próprio presidente Jarbas Passarinho, que entendeu que ele provocaria muita discussão. Mas alguns senadores do PDS não concordam com a supressão desse tema no projeto, o que poderá levar a Comissão de Justiça a incluí-lo.

O projeto tem uma grande novidade: proíbe que o senador faça sua declaração de voto verbalmente. Ela só poderá ser feita por escrito, o que reduz consideravelmente as possibilidades de obstrução. Recentemente, numa sessão que durou 20 horas, a Oposição utilizou a declaração de voto como tática de obstrução: os seus 30 senadores foram ao microfone fazer declarações sobre todas as matérias votadas, e num prazo de 15 minutos cada um.

As demais alterações são relativas apenas ao tempo utilizado pelo senador para discutir projetos e encaminhar votações. O projeto de José Lins reduz os prazos concedidos hoje e além disso, quando a matéria estiver sendo discutida em segundo turno (a maioria dos projetos é colocada na pauta duas vezes), somente o autor, o relator e um senador da cada partido poderão usar da palavra. Hoje, qualquer senador pode fazer isso.

O vice-líder José Lins já afirmou que, se até o próximo dia 20, o seu projeto não for votado, passará a apoiar outro projeto de resolução — do vice-líder Bernardino Viana — que retira do Senado a competência para votar empréstimos internos, e que é considerada uma "medida extrema".

10 ABR 1992